

RELATÓRIO FINAL

Plano de Ação “Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas” 2023-2025

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório Final | Plano de Ação “Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas” 2023-2025

COORDENAÇÃO

Gabriela Queiroz – Vereadora do Pelouro da Coesão Social, Saúde e Proteção Civil, Pelouro da Habitação e Pelouro dos Recursos Humanos

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

António Fonseca – Universidade Católica Portuguesa | Porto

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Raquel Castello-Branco – Diretora do Departamento Municipal de Coesão Social

Hugo Tavares – Chefe de Divisão Municipal de Desenvolvimento e Inovação Social

EQUIPA TÉCNICA

Andreia Ribeiro – Divisão Municipal de Desenvolvimento e Inovação Social

Mariana Maia – Divisão Municipal de Desenvolvimento e Inovação Social

Telefone: 225 899 260

Correio eletrónico: cidadeamigapessoasidosas@cm-porto.pt

Porto, 24 de março de 2026

ÍNDICE

Índice de Figuras	3
Índice de Tabelas	3
Siglas e Acrónimos	4
Ponto prévio	5
Descrição do objeto de avaliação.....	7
Metodologia de avaliação do PAPCAPI.....	10
Matriz de avaliação.....	14
Resultados empíricos da análise avaliativa	26
Principais conclusões.....	43
Principais aprendizagens	45
Recomendações.....	49
Anexos.....	52
Anexo 1: Infografia Avaliação Global do Plano de Ação “Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas” 2023-2025.....	52

Índice de Figuras

Figura 1. Os seis critérios e as respetivas questões, adaptados para a língua portuguesa.	12
Figura 2. Infografia com os principais resultados e impactos do Plano de Ação “Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas” no período de execução de 2023-2025.	52

Índice de Tabelas

Tabela 1. Matriz de avaliação	26
--	----

Siglas e Acrónimos

AMP - Área Metropolitana do Porto

CMP - Câmara Municipal do Porto

DMCS - Departamento Municipal de Coesão Social

DMDIS - Divisão Municipal de Desenvolvimento e Inovação Social

EJ - Estamos Juntos

EM - Empresa Municipal

IS - Inovação Social

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAPCAPI - Plano de Ação “Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas” 2023 - 2025

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

Ponto prévio

O Plano de Ação Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas 2023-2025 (doravante PAPCAPI) constitui a resposta estratégica da Câmara Municipal do Porto ao desafio demográfico, mas também à conquista civilizacional que é o envelhecimento da população e o aumento da esperança média de vida.

Com uma população residente com 65 ou mais anos superior a 26% do total e um índice de envelhecimento acima da média nacional¹, o município assumiu o compromisso de criar ambientes urbanos inclusivos que promovam o envelhecimento ativo e saudável, alinhando-se aos princípios da Rede Mundial de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas da Organização Mundial da Saúde.

Esta estratégia estrutura-se com base em documentos de referência internacionais e locais, que fundamentam a metodologia desenvolvida para assegurar que as pessoas mais velhas possam viver plenamente os anos adicionais de vida, com acesso a espaços, serviços e oportunidades condignas.

Apesar de o Plano ter sido objeto de avaliação anual ao longo do seu período de execução, tornou-se imperativo proceder a uma análise final mais aprofundada, abrangendo critérios de avaliação diferenciados que permitam uma visão holística do PAPCAPI.

Neste contexto, o presente relatório apresenta uma avaliação apoiada nos critérios normativos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (doravante OCDE), que assegura consistência metodológica, rigor analítico e demonstração objetiva dos resultados alcançados, incorporando simultaneamente uma perspetiva crítica fundamentada sobre o desempenho global do PAPCAPI.

Objetivos desta avaliação:

1. Analisar criticamente a relação custo-benefício das intervenções implementadas;
2. Quantificar e qualificar os impactos na qualidade de vida da população mais velha e externalidades positivas para a comunidade;

¹ CENSOS 2021/PORDATA

3. Avaliar as perspetivas de sustentabilidade financeira, institucional e operacional para além de 2025;
4. Formulação de recomendações *evidence-based* para melhoria contínua e escalabilidade nacional/internacional.

Descrição do objeto de avaliação

O PAPCAPI é uma iniciativa do Município do Porto, dinamizada pela Divisão Municipal de Desenvolvimento e Inovação Social, integrada no Departamento Municipal de Coesão Social. O PAPCAPI visa, de forma sumária, responder ao rápido envelhecimento da população da cidade do Porto e criar ambientes urbanos que permitam às pessoas idosas uma maior participação cívica e comunitária, atuando como catalisador e motor de ação para um movimento dinâmico e adaptativo. A elaboração deste plano foi realizada no âmbito de uma candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (doravante PRR), financiado pela União Europeia através do instrumento *NextGenerationEU*, representando um investimento total de 436 300,66 €.

O Plano de Ação “Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas” 2023-2025 não se trata de um plano estático, mas de um mecanismo adaptativo capaz de responder às necessidades, expectativas e desejos das pessoas mais velhas, promovendo ações concretas e sustentáveis com impacto a curto, médio e longo prazo. O seu desenvolvimento tem seguido um ciclo contínuo de mobilização, planeamento e avaliação participativa.

Não obstante o trabalho já desenvolvido pelo município e pela cidade na área do envelhecimento, em 2023 deu-se início ao processo de delineamento do que viria a constituir o Plano de Ação, através do primeiro conjunto de reuniões com diversas entidades envolvidas, incluindo organizações da sociedade civil, empresas, instituições académicas, o próprio município e grupos de pessoas idosas, com o objetivo de identificar necessidades, oportunidades e prioridades no âmbito do envelhecimento na cidade do Porto. Estas reuniões culminaram na elaboração do primeiro Plano de Ação, estruturado em torno de cinco eixos estratégicos e desenvolvido com base nas principais referências do Relatório do 2.º Fórum Global da Organização Mundial de Saúde sobre Inovação para Populações Envelhecidas (P1 - Pessoas; P2 - Prestação de Serviços; P3 - Lugares e Ambientes; P4 - Produtos, Soluções e Equipamentos; P5 - Políticas Inovadoras), adotando uma abordagem integrada, holística e orientada para a promoção do envelhecimento ativo e saudável.

Para consolidar e validar as estratégias delineadas, realizaram-se as Segundas Jornadas (2023) e as Terceiras Jornadas (2024), bem como encontros anuais com os parceiros, constituindo momentos de reflexão coletiva, partilha de experiências e análise crítica das iniciativas em curso. Estes encontros permitiram identificar lacunas, promover sinergias intersetoriais e fortalecer a coesão entre os diferentes atores envolvidos. Na sequência da dinâmica existente na

cidade, durante este período, foi igualmente lançada uma *open call*, possibilitando a integração de novos projetos interessados em participar no Plano de Ação, ampliando assim o alcance, a diversidade e o impacto das iniciativas contempladas.

O processo de integração e expansão culminou na elaboração da segunda versão do Plano de Ação, incorporando os novos projetos e entidades parceiras, seguido da sua apresentação pública aos parceiros e à cidade, reforçando a transparência e o envolvimento da comunidade. Em 2025, realizaram-se as Quartas Jornadas, concebidas como espaço de reflexão estratégica para pensar o futuro do envelhecimento e da longevidade no Porto, considerando tendências demográficas, inovações tecnológicas e desafios sociais emergentes, com vista à contínua adaptação do Plano de Ação e à consolidação da cidade do Porto como uma Cidade Amiga das Pessoas Idosas.

Materializado num *booklet* físico e numa versão *online* em português e inglês, o PAPCAPI abrangia inicialmente 80 projetos de 31 entidades. Em 2025, integrou mais 39 projetos e 21 entidades (crescimento de 41,25%), refletindo o seu papel como catalisador de colaboração multissetorial em áreas social, tecnológica, empresarial e académica.

Sem financiamento direto aos projetos, o PAPCAPI baseia-se em valores partilhados para um desígnio coletivo, cujo objetivo último é tornar o Porto uma verdadeira Cidade Amiga das Pessoas Idosas.

Objetivo Central

Responder ao envelhecimento acelerado da população portuense, fomentando ambientes urbanos inclusivos que promovam a participação cívica e comunitária efetiva das pessoas mais velhas, funcionando como catalisador e motor de ação coletiva.

Objetivos Específicos

- Monitorizar a implementação das iniciativas integradas no PAPCAPI, verificando conformidade com prazos e identificando desvios.
- Identificar obstáculos à execução, propondo estratégias de mitigação e ajustes.

- Estabelecer mecanismos de comunicação eficazes entre partes envolvidas e sociedade civil.
- Elaborar relatórios de monitorização com resultados, desafios e recomendações para otimização.
- Implementar iniciativas de forma eficaz, otimizando recursos e promovendo envolvimento comunitário para melhoria do ambiente urbano.
- Incluir parcerias estratégicas e iniciativas inovadoras com impactos mensuráveis no ecossistema da população idosa.
- Aumentar a visibilidade do PAPCAPI, ampliando o alcance público e a eficiência dos recursos.

Metodologia de avaliação do PAPCAPI

Dado que o PAPCAPI envolve 52 entidades executoras e 109 entidades parceiras, e considerando que desde a sua conceção todas as fases do plano foram concebidas como colaborativas, a avaliação não poderia deixar de assumir idêntico carácter participativo.

Para as avaliações anuais implementou-se uma metodologia mista assente na triangulação de dados quantitativos e qualitativos através da implementação de questionários de monitorização e avaliação. Contudo, conforme supramencionado, tornou-se necessária uma análise mais holística que permitisse não apenas compreender os resultados e impactos efetivos alcançados, mas também perspetivar o posicionamento estratégico do PAPCAPI no futuro.

Nesse sentido, adotou-se uma abordagem de avaliação "multi-método" apoiada nos critérios normativos da OCDE² (relevância, coerência, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade), que asseguram rigor metodológico, comparabilidade internacional e orientação para a tomada de decisão baseada em evidências.

De acordo com a OCDE (2021), a partir destes critérios, o processo avaliativo centra-se na análise crítica e fundamentada dos seguintes domínios:

- a) **Relevância:** diz respeito ao grau em que os objetivos e o desenho da intervenção respondem de forma adequada às necessidades e prioridades dos beneficiários, bem como ao modo como se articulam com as políticas e prioridades nacionais, globais e institucionais dos parceiros. A análise da relevância exige uma atenção particular às dinâmicas de poder e à concretização do compromisso de “não deixar ninguém para trás”, devendo ainda considerar se, perante alterações de contexto, a intervenção se mantém ajustada e pertinente.
- b) **Coerência:** recentemente introduzida como critério autónomo, aborda em que medida a intervenção é consistente com outras intervenções, sobretudo políticas públicas, e como estas a reforçam ou, pelo contrário, a contrariam. Inclui tanto a coerência interna (no seio de uma mesma instituição ou governo, incluindo a conformidade com normas e padrões internacionais) como a coerência externa, isto é, a articulação com as

² OECD. (2021). *Applying evaluation criteria thoughtfully*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/543e84ed-en>

intervenções de outros atores no mesmo contexto. Este critério incorpora noções de complementaridade, harmonização e coordenação, bem como a capacidade de a intervenção gerar valor acrescentado evitando sobreposições, o que é particularmente relevante no quadro da Agenda 2030, que exige maior atenção às sinergias e aos *trade-offs* entre áreas de política.

- c) **Eficácia:** centra-se na medida em que a intervenção atinge, ou é suscetível de atingir, os objetivos e resultados definidos, tendo em conta a importância relativa de cada objetivo. A definição atual enfatiza a necessidade de examinar diferenças de resultados entre grupos e de avaliar se a intervenção contribui para reduzir ou, pelo contrário, agravar desigualdades e lacunas de equidade, sendo por isso frequentemente utilizada como indicador global de sucesso.
- d) **Eficiência:** refere-se ao modo como os recursos são utilizados para produzir resultados de forma económica e atempada. A dimensão económica implica avaliar a conversão de insumos (recursos financeiros, conhecimento especializado, recursos naturais, tempo, entre outros.) em resultados, comparando com alternativas viáveis no contexto, enquanto a dimensão da tempestividade sublinha a importância da entrega oportuna. Este critério permite questionar se os recursos despendidos se justificam face aos resultados alcançados, algo de grande relevância política e prática numa lógica de boa utilização de recursos escassos que têm de imperativamente ser otimizados.
- e) **Impacto:** diz respeito aos efeitos de nível mais elevado que a intervenção gerou ou é suscetível de gerar, incluindo efeitos positivos ou negativos, previstos ou imprevistos. Procura captar a significância última e o potencial transformador da intervenção, em termos de mudanças estruturais e duradouras em sistemas, normas ou práticas sociais, indo além da eficácia e respondendo à questão “e então, que diferença fez?”.
- f) **Sustentabilidade:** avalia até que ponto os benefícios “líquidos” da intervenção se mantêm ou é provável que se mantenham ao longo do tempo. Dependendo do momento em que a avaliação é realizada, pode tratar-se de analisar fluxos efetivos de benefícios ou de estimar a probabilidade de continuidade no médio e longo prazo, considerando, de forma integrada, dimensões financeiras, económicas, sociais e ambientais e as interações entre elas.

Cada critério de avaliação é definido e a sua relevância analisada, sendo detalhado através de questões-chave e elementos de análise que possibilitam a sua aplicação ao contexto específico do projeto, bem como a compreensão das inter-relações entre critérios e dos respetivos contributos para uma avaliação integrada, tal como se evidencia na figura ilustrativa.

Figura 1. Os seis critérios e as respetivas questões, adaptados para a língua portuguesa.



Fonte: *Applying Evaluation Criteria Thoughtfully*. (OECD, 2021)

Para avaliar o PAPCAPI segundo os critérios supramencionados, desenvolveu-se uma matriz de avaliação que sistematiza as principais questões orientadoras, permitindo, em primeiro lugar, uma análise estratégica do desempenho alcançado e, em segundo lugar, a identificação de trajetórias sustentáveis para o futuro.

Matriz de avaliação

A matriz de avaliação do PAPCAPI foi desenvolvida pela equipa técnica da Divisão Municipal de Desenvolvimento e Inovação Social do Departamento Municipal de Coesão Social da Câmara Municipal do Porto afeta ao projeto.

Esta grelha sistematiza indicadores derivados das questões orientadoras dos questionários aplicados aos parceiros a 26/01/2026, assim como outros dados pertinentes recolhidos pela equipa técnica, articulando evidências diretas e indiretas pelos critérios OCDE para análise avaliativa do ciclo 2023-2025.

Critério de Avaliação	Questão de Avaliação	Indicadores	Fontes de Informação e Métodos
Relevância – a intervenção do Plano de Ação está a ser implementada de forma adequada?	Q1: Em que medida o Plano de Ação se encontra alinhado com as necessidades e expectativas da população mais velha, no que respeita ao seu processo de envelhecimento e longevidade, e com as prioridades e interesses da comunidade geral do Porto, considerando simultaneamente as especificidades territoriais do contexto local e as prioridades da Câmara Municipal do Porto no domínio da	Nº de referenciais utilizados na construção do Plano de Ação Nº de instrumentos de diagnósticos mobilizados Nº de momentos participativos Nº de participantes nos processos participativos Nº de entidades envolvidas Nº de tipologias de entidades envolvidas	- <i>Booklet</i> Plano de Ação PCAPI versão 2023 e 2025 - Registo realização <i>workshops</i> - Registo de presenças

	Coesão Social?		
	Q2: Em que medida o Plano de Ação se diferencia das abordagens convencionais dirigidas às pessoas mais velhas para enfrentar os desafios do envelhecimento urbano, e de que forma essa diferenciação contribui para a sua relevância enquanto instrumento de política pública local?	Nº de entidades envolvidas Nº de tipologias de entidades envolvidas Nº de momentos de auscultação Nº de participantes ≥65 anos em processos participativos Nº de domínios de política pública envolvidos Nº de projetos integrados provenientes de diferentes entidades	- <i>Booklet</i> Plano de Ação PCAPI versão 2023 e 2025 - Registo realização <i>workshops</i> - Registo de presença - Relatórios Trimestrais do PRR 2023-2025 - Relatório <i>Open Call</i> - Questionários de Monitorização e Avaliação 2023; 2024; 2025

		Nº de projetos com ≥ 2 entidades envolvidas Nº de novas entidades integradas ao longo do tempo Nº de momentos de monitorização e avaliação Nº de iniciativas de prevenção/capacitação % de participantes que considera que o Plano de Ação introduziu abordagens ou práticas inovadoras e diferenciadoras, no modo como procurou responder às necessidades e expectativas da população mais velha e da comunidade	- Relatório de Avaliação das Sessões de Capacitação
--	--	--	--

Coerência – quão bem a intervenção do Plano de Ação se adapta?	Q3: Em que medida o desenho do Plano de Ação e a definição das suas prioridades são coerentes com as principais orientações políticas e estratégias municipais, nacionais e europeias em matéria de envelhecimento, longevidade e promoção de direitos?	Nº de instrumentos de diagnóstico mobilizados % de medidas do Plano fundamentadas em diagnósticos identificados Nº de referenciais utilizados na construção do Plano de Ação Nº de redes internacionais em que o Município participa Nº de unidades orgânicas participantes Nº de domínios de política pública envolvidos Nº de mecanismos de participação da população idosa Nº de participantes ≥65 anos em processos participativos	- <i>Booklet</i> Plano de Ação PCAPI versão 2023 e 2025 - Página OMS <i>Age Friendly World</i> - Página Eurocities - Relatórios dos Fóruns Participativos - Registo realização <i>workshops</i> - Registo presenças - Questionários de Monitorização e Avaliação 2023; 2024; 2025 - Relatórios Trimestrais do PRR 2023-2025
--	---	--	--

--	--	--	--

	Q4: Em que medida o envolvimento de todos os <i>stakeholders</i>, no desenho do Plano de Ação, considerando todas as fases, de conceção, implementação e avaliação, permitiram o alinhamento de uma intervenção mais adaptada?	Nº de entidades envolvidas Nº de momentos de auscultação participativa Nº de participantes nos momentos de auscultação % de entidade que considera o envolvimento dos parceiros e <i>stakeholders</i> ao longo de todo o ciclo (conceção, implementação, monitorização e avaliação do Plano de Ação) contribuiu para tornar a intervenção mais eficiente, eficaz e sustentável Nº de ações desenvolvidas em parceria multissetorial Nº de novos parceiros ou projetos integrados ao longo do processo	- <i>Booklet</i> Plano de Ação PCAPI versão 2023 e 2025 - Relatórios dos Fóruns Participativos - Registo realização <i>workshops</i> - Registo presenças - Questionários de Monitorização e Avaliação 2023; 2024; 2025 - Relatório <i>Open Call</i>
--	--	---	--

Eficácia – a intervenção do Plano de Ação está a atingir os seus objetivos?	Q5: Em que medida as ações implementadas no âmbito do Plano de Ação estão a contribuir para responder ao envelhecimento da população da cidade do Porto, promovendo a criação de ambientes urbanos que potenciem a qualidade de vida das pessoas mais velhas?	Nº total de participações de pessoas ≥ 65 anos em ações e momentos de envolvimento Nº de projetos integrados Nº de pessoas participantes ≥ 65 anos em ações e processos de participação % de entidades que, na sua perspetiva, considera que o público-alvo reconhece, de forma elevada ou muito elevada, que a implementação do projeto responde efetivamente às suas necessidades e expectativas, tendo em conta a informação identificada disponível % de entidades que considera que o Plano de Ação introduziu abordagens ou práticas inovadoras e diferenciadoras, no modo como procurou responder às	- Relatórios Trimestrais do PRR 2023-2025 - Relatório <i>Open Call</i> - Registo presenças - Questionários de Monitorização e Avaliação 2023; 2024; 2025 - <i>Booklet</i> Plano de Ação PCAPI versão 2023 e 2025 - Relatórios dos Fóruns Participativos - Registo realização <i>workshops</i> - Inventário material distribuído - Apresentações públicas nacionais - Apresentações públicas internacionais
---	---	--	---

		necessidades e expectativas da população mais velha e da comunidade Nº de consórcios ou parcerias interinstitucionais criadas Nº de áreas de intervenção cobertas Nº de espaços de participação e escuta ativa da comunidade Nº de materiais e recursos técnicos produzidos	
Eficiência - Quão bem os recursos do Plano de Ação foram usados?	Q6. Em que medida o PAPCAPI conseguiu alcançar os objetivos definidos utilizando de forma eficiente os recursos financeiros, humanos e materiais diretamente alocados às suas iniciativas?	Nº de entidades envolvidas Nº de projetos desenvolvidos em consórcio Nº de materiais técnicos produzidos Nº de iniciativas de inovação social integradas	- Relatório <i>Open Call</i> - <i>Booklet</i> Plano de Ação PCAPI versão 2023 e 2025 - Inventário material distribuído - Apresentações públicas nacionais - Apresentações públicas internacionais

		Nº de candidaturas recebidas via <i>Open Call</i> Nº entidades que integraram os materiais técnicos criados no âmbito do Plano de Ação % de entidades que desde a integração no Plano de Ação verificou um aumento no número de parcerias estabelecidas	- Questionário de Monitorização e Avaliação 2023; 2024; 2025
Impacto – Que diferença faz a intervenção do Plano de Ação?	Q7. Em que medida o PAPCAPI gerou impactos significativos e externalidades positivas na população mais velha e na comunidade geral da cidade do Porto?	Nº total de participações de pessoas ≥ 65 anos em ações e momentos de envolvimento % de entidades que desde a integração no Plano de Ação verificou um aumento no número de parcerias estabelecidas % de aumento de conhecimento em áreas associadas ao envelhecimento e longevidade	- Relatórios Trimestrais do PRR 2023-2025 - Registo de presenças - Questionário de Monitorização e Avaliação 2023; 2024; 2025 - Relatório de Avaliação das Sessões de Capacitação - Questionários de Avaliação das Sessões de Capacitação - Relatório Semana sem Idade

		Nº de participantes ≥ 65 anos em ações e processos de participação % de entidades que de acordo com a sua perceção considera que houve um impacto muito elevado ou elevado nas pessoas beneficiárias Nº total de projetos implementados Nº de campanhas de sensibilização e sessões de capacitação % de entidades que, na sua perspetiva, considera que o público-alvo reconhece, de forma elevada ou muito elevada, que a implementação do projeto responde efetivamente às suas necessidades e expectativas, tendo em conta a informação identificada disponível Nº de novas parcerias estabelecidas	- Relatório de Monitorização e Avaliação 2023, 2024 e 2025 - Guia de Implementação dos Fóruns Participativos - <i>Booklet</i> Guia de Prevenção do Risco de Acidentes e de Quedas Prático - <i>Booklet</i> Guia de Prevenção do Risco de Acidentes e de Quedas Teórico - Apresentações públicas nacionais - Apresentações públicas internacionais - Prémios/distinções atribuídas ao Plano de Ação PCAPI - Atas de Reuniões
--	--	--	--

		% de entidades que desde a integração no Plano de Ação verificou um aumento no número de parcerias estabelecidas Nº de metodologias inovadoras adotadas Nº de instrumentos técnicos produzidos Nº de projetos incubados no Laboratório de Inovação Social do Centro de Inovação Social do Porto no âmbito da problemática identificada do “Isolamento social dos idosos” Nº de apresentações nacionais e internacionais Nº de distinções Nº de participação em redes internacionais	
--	--	--	--

Sustentabilidade - Os benefícios do Plano de Ação vão perdurar?	Q8. Como se perspetiva a sustentabilidade e continuidade do Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas?	% de entidades que considera que foi gerado um movimento consistente na cidade através da integração de respostas inovadoras e diferenciadoras % de entidades que desde a integração no Plano de Ação verificou um aumento no número de parcerias estabelecidas Nº de entidades envolvidas Nº de áreas de intervenção cobertas Nº de instrumentos metodológicos produzidos e replicáveis % de entidades que considera que estão reunidas as condições estratégicas, organizacionais e de mobilização de parceiros necessárias para que este movimento se expanda de forma	- Questionário de Monitorização e Avaliação 2023; 2024; 2025 - <i>Booklet</i> Plano de Ação PCAPI versão 2023 e 2025 - Relatório <i>Open Call</i> - <i>Booklet</i> Guia de Prevenção do Risco de Acidentes e de Quedas Prático - <i>Booklet</i> Guia de Prevenção do Risco de Acidentes e de Quedas Teórico - Guia de Implementação dos Fóruns Partic - ipativos
---	--	---	--

		sustentável no próximo horizonte temporal % de entidades que está disponível para continuar a fazer parte deste movimento e a envolver-se na construção de uma cidade ainda mais amiga de todas as idades	
--	--	---	--

Tabela 1. Matriz de avaliação

Resultados empíricos da análise avaliativa

Relevância

Q1: Em que medida o Plano de Ação se encontra alinhado com as necessidades e expectativas da população mais velha, no que respeita ao seu processo de envelhecimento e longevidade, e com as prioridades e interesses da comunidade geral do Porto, considerando simultaneamente as especificidades territoriais do contexto local e as prioridades da Câmara Municipal do Porto no domínio da Coesão Social?

Importa, primeiramente, sublinhar que o Plano não emerge como uma resposta isolada ou conjuntural, mas como o resultado de um processo estruturado iniciado em 2010, com a adesão do Município do Porto à Rede Global das Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas, iniciativa promovida pela Organização Mundial da Saúde. Esta adesão implicou o compromisso de desenvolver um Plano de Ação, a três anos, em toda a cidade, orientado para a promoção do envelhecimento ativo e saudável na cidade, constituindo assim o ponto de partida para a construção de uma estratégia municipal dirigida à população mais velha.

Desde as fases iniciais, a definição das prioridades procurou ancorar-se nas necessidades reais do território. Em 2016 foram promovidos *workshops* participativos estruturados em torno dos oito domínios de intervenção definidos pela Organização Mundial da Saúde para cidades e comunidades amigas das pessoas idosas, envolvendo entidades da rede local e habitantes da cidade. Este processo de auscultação permitiu captar necessidades, expectativas e experiências de quem vive e intervém no território, contribuindo para fundamentar o desenho inicial do Plano.

Em 2019 foi promovido um primeiro espaço de debate e reflexão para devolução pública do trabalho desenvolvido. Contudo, no início de 2020, o contexto da pandemia de COVID-19 evidenciou, à semelhança do que ocorreu à escala global, particulares vulnerabilidades, agravando problemas preexistentes e tornando mais visíveis desafios emergentes. Paralelamente, este período revelou uma forte capacidade de mobilização da comunidade portuense no apoio à população mais velha, traduzida no surgimento de novas respostas de apoio dirigidas a esta população, muitas das quais demonstraram elevada eficácia na mitigação das necessidades identificadas.

Este contexto conduziu a uma reconfiguração da abordagem inicialmente prevista para o Plano de Ação, em vez de um plano concebido para a cidade, passou a assumir-se a construção de um plano com a cidade, reforçando uma lógica participada e colaborativa e aproveitando as potencialidades do tecido comunitário. Neste processo foram mobilizados diversos instrumentos já existentes de diagnóstico territorial, como o Plano de Desenvolvimento Social, o Diagnóstico Social, o Plano Municipal de Saúde e os dados produzidos pelo Observatório Social do Porto que mostravam os principais indicadores sociodemográficos do Município. Destaca-se igualmente o contributo do relatório Porto. Importa-se, que permitiu ter uma visão da malha fina da cidade, compreender as suas dinâmicas sociais, evidenciando, entre outros aspetos, que uma percentagem significativa da população com mais de 65 anos vive em situação de isolamento social e que parte desta população apresenta níveis reduzidos de participação nas iniciativas comunitárias.

A construção do Plano assentou, assim, num modelo participado e colaborativo, envolvendo um conjunto alargado de atores do ecossistema social da cidade. O processo contou com a participação da Unidade Operacional de Intervenção para Seniores da Rede Social, organizações do terceiro setor, ONG, academia, centros de investigação, empresas municipais, empresas do setor privado, serviços do Município, empreendedores sociais e a própria população mais velha.

Esta abordagem permitiu integrar diferentes perspetivas e competências, promovendo respostas mais ajustadas às especificidades territoriais do Porto e às necessidades concretas da sua população.

O Plano reconhece ainda a diversidade de trajetórias e experiências de envelhecimento, assumindo que as necessidades, expectativas e motivações das pessoas mais velhas são heterogéneas. A estratégia definida procura, assim, complementar o modelo tradicional de respostas sociais existentes com abordagens mais personalizadas e inovadoras, capazes de responder de forma mais próxima às necessidades das pessoas. Esta visão integradora inclui também as pessoas que vivem em contexto institucional, reforçando a promoção da cidadania, da participação e da qualidade de vida em diferentes contextos de vida.

O Plano encontra-se igualmente alinhado com características estruturantes da cidade do Porto, nomeadamente a densidade e diversidade do seu tecido institucional, a forte identidade comunitária e o potencial dos ambientes urbanos para promover participação ativa e qualidade de vida. Ao assumir-se como um instrumento agregador das respostas existentes e orientado para a ação em rede, procura potenciar os recursos do território para promover ambientes urbanos e relacionais mais favoráveis ao envelhecimento.

Em termos avaliativos, a análise da evidência disponível permite concluir que o Plano de Ação apresenta um elevado grau de relevância, ao articular de forma consistente três dimensões essenciais: as necessidades e expectativas da população mais velha, as especificidades territoriais e sociais da cidade do Porto e as prioridades estratégicas do Município no domínio da coesão social e da promoção de um envelhecimento ativo, saudável e inclusivo.

Q2: Em que medida o Plano de Ação se diferencia das abordagens convencionais dirigidas às pessoas mais velhas para enfrentar os desafios do envelhecimento urbano, e de que forma essa diferenciação contribui para a sua relevância enquanto instrumento de política pública local?

Uma primeira dimensão de diferenciação do Plano prende-se com a lógica participativa e colaborativa que orienta a sua conceção e implementação. Embora este aspeto seja aprofundado noutras dimensões da avaliação, importa aqui referir que, ao contrário de abordagens mais convencionais, frequentemente centradas em respostas institucionais definidas de forma predominantemente *top-down*, o Plano assenta numa lógica de construção coletiva que mobiliza a

cidade do Porto enquanto comunidade alargada. Esta abordagem contribuiu para consolidar uma rede de colaboração entre diferentes atores do território e para reconhecer a população mais velha como participante ativa na definição das soluções que lhes dizem respeito.

Outra dimensão distintiva reside na integração de mecanismos de auscultação contínua das pessoas mais velhas, que funcionam como referência para a definição e ajustamento das políticas públicas. Em contraste com abordagens mais tradicionais, que tendem a enquadrar o envelhecimento sobretudo como um domínio específico da intervenção social, o Plano adota uma perspetiva mais abrangente, posicionando o envelhecimento como uma dimensão transversal às políticas urbanas. Esta abordagem encontra-se alinhada com os princípios promovidos pela Rede Global das Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas da Organização Mundial da Saúde, que defendem a criação de ambientes urbanos através da articulação de diferentes áreas na persecução de um envelhecimento bem-sucedido.

O Plano distingue-se igualmente pela sua estrutura multissetorial e pela articulação entre diferentes atores institucionais e comunitários, em vez de se limitar à implementação de programas municipais isolados, funciona como uma plataforma de coordenação e convergência de iniciativas promovidas por organizações da sociedade civil, juntas de freguesia, instituições académicas, entidades do setor social, empreendedores e diferentes serviços municipais. Esta lógica permite potenciar recursos existentes no território, evitar duplicações e promover respostas mais integradas aos desafios associados ao envelhecimento. Importa também destacar que o Plano não pretende substituir as respostas tradicionais existentes, mas antes articulá-las e potenciá-las, funcionando como um dispositivo de coordenação do ecossistema local.

Para garantir a consistência da integração no Plano de Ação, foram definidos critérios claros para a inclusão de projetos/iniciativas, nomeadamente o seu carácter diferenciador, que se encontrassem já em fase avançada de implementação e o compromisso assumido publicamente pelas entidades promotoras quanto a metas, indicadores e calendarização. Esta abordagem contribui para reforçar a responsabilização das entidades envolvidas e para assegurar que os projetos integrados respondem efetivamente às necessidades identificadas.

A natureza dinâmica do Plano constitui outro elemento distintivo, ao contrário de instrumentos de planeamento mais estáticos, foi concebido como um dispositivo evolutivo, aberto à integração progressiva de novas iniciativas e parceiros, permitindo ajustar as respostas às necessidades emergentes da população e às dinâmicas do território.

O Plano diferencia-se ainda pela adoção de mecanismos estruturados de monitorização e acompanhamento contínuos, materializados na produção de documentação técnica e em processos de análise desenvolvidos com o contributo de especialistas académicos. Este esforço contribui para reforçar a capacidade de aprendizagem institucional e para sustentar decisões de política pública informada por evidência.

Outro elemento relevante reside no modelo de sustentabilidade adotado onde o Plano não se configura como um instrumento de financiamento direto de projetos, sendo cada entidade responsável por assegurar os recursos necessários à implementação das suas iniciativas. Neste sentido, funciona sobretudo como um mecanismo de articulação e valorização das respostas existentes na comunidade.

Importa sublinhar a aposta em abordagens preventivas e de capacitação, incluindo ações de sensibilização, materiais de prevenção e iniciativas orientadas para o combate ao idadismo e para a promoção de uma imagem mais positiva do envelhecimento.

A evidência recolhida através dos processos de monitorização reforça esta perceção de diferenciação, sendo que 95% dos participantes consideram que o Plano introduziu abordagens ou práticas inovadoras na forma como procurou responder às necessidades e expectativas da população mais velha e da comunidade em geral.

Em termos conclusivos, a evidência analisada indica que o Plano de Ação Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas apresenta elementos claros de diferenciação face às abordagens convencionais dirigidas à população mais velha, destacando-se a adoção de uma perspetiva integrada e multidimensional sobre o envelhecimento urbano, a articulação multisetorial entre atores institucionais e comunitários, a capacidade de mobilização de iniciativas existentes no território e a promoção de abordagens preventivas orientadas para a melhoria da qualidade de vida ao longo do processo de envelhecimento.

Coerência

Q3: Em que medida o desenho do Plano de Ação e a definição das suas prioridades são coerentes com as principais orientações políticas e estratégicas municipais, nacionais e europeias em matéria de envelhecimento, longevidade e promoção de direitos?

Como supramencionado, a definição das prioridades do Plano de Ação Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas foi sustentada por um conjunto de instrumentos de diagnóstico territorial já existentes no Município do Porto³. Estes documentos permitiram identificar os principais indicadores sociodemográficos da cidade e enquadrar os desafios associados ao envelhecimento da população no contexto urbano do Porto, contribuindo para a definição de um plano assente em ações concretas.

Ao nível municipal, destaca-se ainda a criação, em 2023, de uma Unidade Orgânica com especial enfoque na área do envelhecimento e da longevidade, a Divisão Municipal de Desenvolvimento e Inovação Social evidenciando a institucionalização desta temática como prioridade estratégica no contexto das políticas locais.

A metodologia adotada teve como referencial, os modelos internacionais amplamente reconhecidos no domínio do envelhecimento, nomeadamente o quadro das Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas, promovido pela OMS, através do Guia Global Técnico da Rede Mundial das Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas, as Dez prioridades identificadas na Década do Envelhecimento Saudável das Nações Unidas (2020-2030) e as orientações da Comissão Europeia sobre a integração do Envelhecimento. O referencial teve ainda em consideração as conclusões do Segundo Fórum Global da Organização Mundial da Saúde sobre Inovação para Populações Envelhecidas. Neste seguimento o Plano também está alinhado com o Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde, e a Estratégia Global sobre Envelhecimento e Saúde bem como com o Livro Verde sobre o Envelhecimento, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e o Plano de Ação Europeu para a Economia Social.

³ O Plano de Desenvolvimento Social, o Diagnóstico Social, o Plano Municipal de Saúde, o Observatório Social do Porto e o relatório Porto. Importa-se.

Este enquadramento permitiu alinhar o Plano com orientações internacionais que promovem uma abordagem integrada ao envelhecimento, centrada na criação de ambientes urbanos inclusivos, na promoção da participação social e na valorização do contributo das pessoas mais velhas para a vida comunitária. Adicionalmente, o envolvimento do Município no grupo de trabalho sobre envelhecimento e bem-estar da Eurocities reforça esta articulação com redes europeias de partilha de conhecimento e boas práticas.

A nível nacional o Plano encontra-se alinhado com a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (2017-2025), com o Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável 2023-2026 e com as orientações da Direção Geral da Saúde para a promoção do envelhecimento saudável, bem como com a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social 2021-2030, evidenciando coerência com as políticas públicas em vigor neste domínio.

A coerência estratégica do Plano é também reforçada pela articulação multissetorial e interdepartamental ao nível do próprio Município, envolvendo diferentes áreas de intervenção e promovendo uma abordagem integrada às políticas relacionadas com o envelhecimento. Esta lógica permite enquadrar o envelhecimento como uma dimensão transversal às políticas urbanas, assegurando maior consistência entre objetivos estratégicos, instrumentos de intervenção e respostas implementadas no território.

Adicionalmente, os mecanismos de auscultação da população mais velha constituem um elemento relevante na avaliação da coerência das políticas implementadas. Estes espaços de participação permitem envolver diretamente pessoas com mais de 65 anos na discussão de problemáticas que lhes dizem respeito, conferindo-lhes capacidade de influência no processo de decisão pública. Ao promover a participação ativa da população mais velha na definição de prioridades e na identificação de soluções, o Plano contribui para reforçar a legitimidade das políticas públicas e para orientar a ação municipal em função das necessidades efetivamente identificadas.

Concluindo, a análise do desenho estratégico do Plano de Ação Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas evidencia um elevado grau de coerência com as principais orientações políticas e estratégicas em matéria de envelhecimento, longevidade e promoção de direitos. Esta coerência resulta da articulação entre

instrumentos de diagnóstico territorial, referenciais estratégicos internacionais e mecanismos de participação que envolveram diferentes atores da cidade, consolidando o Plano como um instrumento consistente e alinhado de política pública local no domínio do envelhecimento.

Q4: Em que medida o envolvimento de todos os stakeholders, no desenho do Plano de Ação, considerando todas as fases, de conceção, implementação e avaliação, permitiram o alinhamento de uma intervenção mais adaptada?

O Plano de Ação assenta num processo participado e colaborativo, que envolveu de forma consistente as diferentes entidades que integram o Plano nas fases de conceção, implementação e avaliação. Após a definição dos fundamentos conceptuais do Plano, foi assumido um compromisso comum entre os diversos atores envolvidos, criando uma base partilhada de entendimento e de responsabilidade na concretização das ações previstas.

Este envolvimento contínuo contribuiu para o alinhamento progressivo da intervenção, permitindo que as diferentes entidades e parceiros ajustassem contributos, prioridades e formas de atuação ao longo do processo. O compromisso assumido pelas entidades revelou-se, assim, um fator determinante para garantir a coerência do Plano, ao promover uma articulação consistente entre objetivos estratégicos, necessidades identificadas e práticas de intervenção no terreno.

A evidência qualitativa recolhida através de questionários confirma esta perceção: uma significativa maioria das entidades que integram o Plano de Ação considera o seu envolvimento “fundamental para a adequação e sustentabilidade das intervenções”. Os momentos de auscultação realizados em 2023, no âmbito do desenho do Plano, bem como os mecanismos de monitorização colaborativa posteriormente implementados, permitiram identificar prioridades, articular intervenções e alinhar contributos institucionais e comunitários, assegurando que as ações previstas respondem às necessidades reais e diversificadas da população mais velha.

Este modelo participativo reforçou igualmente a legitimação e a apropriação do Plano por parte dos diferentes atores locais que contribuiu para consolidar um compromisso coletivo com os objetivos definidos, fortalecendo a ligação entre a estratégia delineada e a sua concretização no terreno.

De forma complementar, a convergência de contributos provenientes de diferentes setores e áreas de intervenção permitiu reforçar a coordenação entre iniciativas existentes, promovendo respostas mais articuladas e ajustadas às necessidades identificadas.

Por fim, a abertura à integração de novos parceiros, projetos e metodologias nomeadamente através de mecanismos como a Open Call realizada permitiu incorporar respostas a desafios emergentes, como o isolamento social e a promoção da qualidade de vida através da participação cívica ativa. Esta capacidade de integração contribui para reforçar o alinhamento entre prioridades estratégicas, necessidades locais e práticas colaborativas ao longo do processo de implementação.

Em conclusão, a evidência recolhida indica que o envolvimento continuado das entidades contribuiu para consolidar um compromisso partilhado entre os diferentes parceiros, constituindo um fator determinante para assegurar o alinhamento da intervenção e reforçar a coerência global do Plano de Ação.

Eficácia

Q5: Em que medida as ações implementadas no âmbito do Plano de Ação estão a contribuir para responder ao envelhecimento da população da cidade do Porto, promovendo a criação de ambientes urbanos que potenciem a qualidade de vida das pessoas mais velhas?

A análise da eficácia do PAPCAPI na resposta ao envelhecimento da população do Porto assenta em dados de monitorização e em evidência qualitativa recolhida junto dos parceiros. Os resultados indicam que as ações implementadas têm contribuído de forma significativa para a criação de ambientes urbanos amigos das pessoas mais velhas e para a promoção de melhorias abrangentes na sua qualidade de vida.

A eficácia do Plano evidencia-se na mobilização de um conjunto diversificado de iniciativas direcionadas às diferentes dimensões do envelhecimento ativo. A expansão do número de projetos integrados demonstra a consolidação de um ecossistema colaborativo capaz de promover a longevidade ativa e de articular múltiplos atores do território.

A participação direta da população idosa foi central: registamos 66 224 participações de pessoas mais velhas em ações e momentos de envolvimento, contribuindo para a identificação de necessidades e construção de soluções. Este envolvimento reforça a adequação das respostas ao território e estimula a participação comunitária ativa.

A evidência recolhida junto dos parceiros corrobora a perceção de que a maioria das entidades considera que os projetos respondem às necessidades e expectativas da população idosa, contribuindo para melhorar o acesso a recursos, reforçar as redes de apoio comunitário e ampliar as oportunidades de participação social. Verifica-se, igualmente, um aumento do conhecimento sobre as respostas e os recursos disponíveis, promovendo maior proximidade e confiança no quotidiano. Importa ainda destacar que 87% das entidades consideram os projetos adequados às necessidades da população idosa.

O Plano potenciou ainda a articulação entre diferentes entidades, permitindo a criação de parcerias e consórcios que asseguram a cobertura de áreas até então não abrangidas, contribuindo para a otimização dos recursos das próprias entidades. Foram também desenvolvidos materiais e recursos técnicos que transformam conhecimento em práticas aplicadas, aumentando a capacidade de intervenção e contribuindo para a autonomia, segurança e participação das pessoas mais velhas.

A diversidade de áreas de intervenção constitui um fator relevante: saúde, mobilidade, segurança, cultura, aprendizagem ao longo da vida, tecnologia e participação cívica foram integradas de forma a responder de maneira abrangente às necessidades do envelhecimento, reduzindo o isolamento social e promovendo maior autonomia.

Outro contributo importante prende-se com os espaços de participação e escuta ativa da comunidade, que permitiram às pessoas idosas intervir diretamente na definição de soluções, fortalecendo reconhecimento, pertença e valorização social.

Por fim, a eficácia do PAPCAPI é visível na capacidade de gerar mudanças tangíveis na qualidade de vida da população mais velha. Os parceiros identificam melhorias na perceção de segurança, no acesso à informação, na participação social, na inclusão digital e no reforço das redes de suporte comunitário. A diversidade de áreas de intervenção da mobilidade à saúde, cultura, habitação, tecnologia e participação cívica permitiu ao Plano atuar de forma integrada,

respondendo à multidimensionalidade do envelhecimento e consolidando o Porto como uma cidade preparada para os desafios do rápido envelhecimento da sua população.

Eficiência

Q6. Em que medida o PAPCAPI conseguiu alcançar os objetivos definidos utilizando de forma eficiente os recursos financeiros, humanos e materiais diretamente alocados às suas iniciativas?

O Plano revelou-se capaz de transformar recursos limitados em respostas de elevado impacto no território da cidade do Porto, não apenas através de uma gestão eficaz, mas sobretudo pela capacidade de ativar, articular e potenciar o ecossistema urbano existente, mesmo quando o Plano não tinha como objetivo financiar as iniciativas que o integram.

O financiamento comunitário do PRR de 436 mil euros (destinado essencialmente à coordenação, monitorização e comunicação) permitiu mobilizar as entidades que colocaram ao serviço do Plano recursos humanos, infraestruturas, conhecimento técnico, redes comunitárias e capacidade operacional.

A eficiência operacional do Plano foi evidente ao longo dos três anos, registando-se uma taxa de execução superior a 120%, mesmo considerando a complexidade logística associada à coordenação de mais de uma centena de entidades. O fundo comunitário permitiu produzir materiais técnicos e organizar eventos coletivos, fóruns participativos, sessões de capacitação, ações de prevenção e sensibilização e encontros entre parceiros, demonstrando uma utilização eficaz do tempo, das competências e das infraestruturas disponíveis no território. A série documental PAPCAPI constitui igualmente um exemplo de como os recursos comunicacionais foram transformados em instrumentos de sensibilização e disseminação de conhecimento, com baixo custo adicional.

Paralelamente, a estratégia de comunicação e *branding* contribuiu para tornar os projetos integrados no Plano mais acessíveis e compreensíveis para públicos diversos: desde pessoas mais velhas à procura de novas atividades (que necessitam de perceber a dinâmica associada para compreender se é aquilo que efetivamente procuram) até à rede informal de cuidadores, técnicos e profissionais do setor. Esta abordagem permitiu também dar visibilidade internacional

ao trabalho desenvolvido na cidade do Porto, nomeadamente através da divulgação no *site* da Organização Mundial da Saúde, onde alguns projetos foram destacados em newsletters internacionais e no próprio site da OMS como exemplos de boas práticas.

Os materiais produzidos pelo Plano foram posteriormente apropriados e integrados pelas diferentes entidades nas suas próprias práticas, permitindo a continuidade e a replicação de boas práticas no âmbito das suas atividades.

Para além do supramencionado, a contratação de um coordenador científico especializado garantiu rigor metodológico, monitorização contínua e capacidade de ajuste estratégico em tempo útil, reforçando a eficiência técnica do Plano, bem como a otimização e adoção das melhores práticas científicas.

Adicionalmente, a utilização inteligente de infraestruturas já existentes na comunidade, a mobilização de voluntariado e de redes informais, a integração de projetos de inovação social incubados no Laboratório de Inovação Social e a articulação com iniciativas nacionais e internacionais permitiram gerar valor público significativo com recursos limitados.

Importa ainda salientar que o orçamento global associado ao Plano resulta da agregação de múltiplas fontes, correspondendo ao somatório dos montantes alocados por cada entidade parceira e pelos diversos projetos integrados no PAPCAPI. Esta natureza descentralizada e integrada dificulta a sua quantificação exata, na medida em que implica um levantamento exaustivo dos investimentos realizados no âmbito de iniciativas já em curso ou de natureza complementar.

Não obstante, o PAPCAPI conseguiu articular estes recursos de forma coordenada, evitando duplicações, promovendo complementaridades e criando sinergias que aumentaram a eficácia das intervenções. O número crescente de projetos desenvolvidos em parceria e consórcio, evidenciado sobretudo no âmbito da *open call* e pela implementação dos questionários de monitorização e avaliação, demonstra que o Plano não apenas mobilizou atores, mas também promoveu formas de cooperação mais estruturadas e orientadas para resultados.

O Plano mobilizou de forma coordenada um ecossistema urbano vasto e diversificado aproveitando competências complementares e potenciando a ação coletiva em prol de um desígnio coletivo, contribuindo igualmente para evitar a sobreposição de intervenções e otimizar os recursos e as entidades já presentes no território, que assim se redescobriram e reforçaram a sua capacidade de colaboração.

Esta mobilização alargada de recursos externos evidencia a capacidade do Plano de atuar como plataforma de alavancagem, multiplicando o impacto do investimento inicial. A *Open Call*, que atraiu dezenas de candidaturas, reforçou esta dinâmica, permitindo selecionar projetos alinhados com os objetivos estratégicos e reconhecendo o Plano como um espaço legítimo para desenvolver e testar soluções inovadoras.

A eficiência do PAPCAPI não se traduz apenas em fazer melhor com o que a cidade já tem, mas sobretudo em potenciar os recursos já existentes, transformando o Porto num laboratório vivo de políticas de longevidade e num exemplo de como a colaboração multissetorial pode gerar valor público de forma sustentável.

Impacto

Q7. Em que medida o PAPCAPI gerou impactos significativos e externalidades positivas na população mais velha e na comunidade geral da cidade do Porto?

A análise integrada dos indicadores diretos e indiretos, dos testemunhos recolhidos, dos relatórios de monitorização 2023-2025 e a avaliação das diferentes iniciativas demonstra que o PAPCAPI gerou impactos significativos, multidimensionais e estruturalmente relevantes na cidade do Porto. Estes impactos não se circunscrevem às pessoas idosas enquanto beneficiárias diretas, mas estendem-se ao tecido comunitário, às organizações parceiras, ao sistema de políticas públicas e à própria identidade da cidade enquanto território que se prepara para o aumento da longevidade da população.

Ao nível individual, o PAPCAPI promoveu alterações concretas na vida quotidiana das pessoas mais velhas. Entre 2023 e 2025, o Plano alcançou diretamente milhares de pessoas, evidenciando elevada capacidade de mobilização e abrangência territorial. Verificou-se um aumento consistente dos níveis de literacia

em áreas como a prevenção de quedas, a saúde e o bem-estar, a mobilidade, a inclusão digital e a participação cívica. As sessões de capacitação promovidas pelas diferentes entidades abrangeram centenas de participantes, tendo contribuído para um aumento médio dos níveis de conhecimento.

A participação nos diferentes momentos de auscultação à comunidade e nas diferentes atividades desenvolvidas contribuiu para reforçar o sentimento de pertença, o empoderamento e a confiança das pessoas idosas para intervir na vida comunitária, permitindo que se reconhecessem como co-construtoras de soluções e não apenas como destinatárias passivas de políticas públicas. De acordo com a perceção das entidades parceiras, 78,3% consideram que os projetos integrados no PAPCAPI tiveram um impacto elevado ou muito elevado nas pessoas beneficiárias, confirmando mudanças positivas na vida quotidiana da população mais velha.

Ao nível comunitário, o PAPCAPI funcionou como catalisador de transformação social, mobilizando diferentes atores de diferentes áreas. O número total de projetos aumentou durante o período de implementação, evidenciando a crescente mobilização e apropriação do Plano pelas organizações locais. As campanhas de sensibilização, sessões de prevenção e iniciativas de capacitação desenvolvidas pelas diferentes entidades do Plano contribuíram para reforçar a coesão social, trabalhar as questões associadas ao isolamento e promover uma cultura de valorização da longevidade. A perceção do público-alvo confirma a relevância destas ações: 87,95% dos parceiros inquiridos consideraram que os projetos integrados no PAPCAPI responderam de forma elevada ou muito elevada às necessidades e expectativas das pessoas beneficiárias.

Ao nível organizacional e institucional, a participação no Plano levou à adoção de novas metodologias de intervenção, ao reforço da monitorização e avaliação interna, à criação de novas parcerias e à integração do envelhecimento como eixo estratégico das atividades das entidades parceiras. A produção de instrumentos com elevado rigor técnico e científico contribuiu para a disseminação de práticas baseadas em evidência e com potencial de replicação. A articulação com o Laboratório de Inovação Social, do Centro de Inovação Social do Porto permitiu ainda incubar projetos inovadores no eixo do isolamento social das pessoas idosas, reforçando a capacidade de inovação do ecossistema local.

No plano sistémico, o PAPCAPI contribuiu para reforçar o posicionamento do Porto no contexto nacional e internacional das políticas de longevidade. As apresentações públicas (nacionais e internacionais), distinções atribuídas e a participação em redes internacionais evidenciam o alinhamento do Plano com agendas globais de envelhecimento ativo e saudável, consolidando a identidade da cidade enquanto território preparado para os desafios demográficos do futuro.

De forma transversal, o PAPCAPI gerou dinâmicas sustentáveis que se prolongam para além do período inicial de implementação. O aumento do número de projetos, a consolidação de consórcios e a mobilização crescente de entidades demonstram a existência de uma rede colaborativa ativa e comprometida com a continuidade das iniciativas desenvolvidas.

Face ao supramencionado, é possível confirmar o impacto do PAPCAPI não se limita à soma das iniciativas implementadas: ele traduz-se na capacidade de transformar a cidade, mobilizar atores, gerar conhecimento e criar condições para que o Porto se afirme como território onde envelhecer é viver com dignidade, participação e qualidade.

Sustentabilidade

Q8: Como se perspetiva a sustentabilidade e continuidade do Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas?

A análise integrada dos fatores de continuidade identificados pelos parceiros, das evidências recolhidas e da evolução do ecossistema colaborativo da cidade demonstra que o PAPCAPI apresenta um elevado potencial de sustentabilidade, tanto ao nível institucional como comunitário, organizacional e estratégico. A sustentabilidade do Plano não depende exclusivamente da estrutura municipal, mas assenta na capacidade da cidade, enquanto rede viva de atores, de manter, aprofundar e expandir as dinâmicas geradas ao longo do ciclo 2023-2025.

O primeiro elemento que sustenta esta continuidade é a consolidação de um movimento coletivo na cidade, reconhecido pela grande maioria dos projetos e parceiros envolvidos. De acordo com os dados recolhidos, 96,34% dos projetos consideram que o PAPCAPI contribuiu para gerar um movimento consistente

na cidade em prol das pessoas mais velhas e do envelhecimento, assente na integração de respostas inovadoras e diferenciadoras. Este resultado demonstra que o Plano ultrapassou a lógica de um conjunto de iniciativas pontuais, transformando-se numa plataforma de ação partilhada e numa dinâmica coletiva que envolve diferentes entidades nos mais diversos setores. Muitas destas organizações passaram a integrar o envelhecimento como eixo estratégico das suas atividades, reforçando a continuidade das intervenções no território.

A sustentabilidade comunitária é particularmente evidente na capacidade de mobilização crescente observada ao longo dos três anos de implementação. O aumento do número de entidades e o crescimento do número de projetos evidenciam que o ecossistema local não apenas aderiu ao Plano, como se apropriou efetivamente das suas dinâmicas. Esta apropriação é reforçada pela diversidade de áreas de intervenção envolvidas, permitindo que o movimento mantenha a sua vitalidade mesmo perante alterações de financiamento ou prioridades institucionais.

A sustentabilidade organizacional é igualmente robusta, na medida em que muitas entidades parceiras reportaram que a participação no PAPCAPI levou à adoção de novas metodologias de intervenção, ao reforço dos processos de monitorização e avaliação, à criação de parcerias inéditas e à integração do envelhecimento como prioridade institucional. A produção de instrumentos contribuiu para a disseminação de práticas baseadas em evidência, com elevado potencial de replicação e continuidade para além do ciclo de financiamento. Estes instrumentos constituem um legado metodológico do Plano e funcionam como verdadeiras “infraestruturas imateriais” que permanecem disponíveis no território.

A sustentabilidade institucional é reforçada pela integração progressiva da temática do envelhecimento como eixo transversal das políticas municipais. A elevada taxa de execução do Plano ao longo do ciclo de implementação demonstra capacidade de gestão, maturidade organizacional e compromisso político com a continuidade das dinâmicas iniciadas. Paralelamente, a existência de coordenação científica especializada e reconhecida permitiu garantir rigor científico ao processo, constituindo um legado institucional relevante.

A sustentabilidade estratégica do PAPCAPI é ainda evidenciada pelo seu alinhamento com agendas e redes internacionais dedicadas à promoção de cidades amigas das pessoas idosas, bem como pela visibilidade nacional e internacional alcançada ao longo do processo. Este enquadramento contribuiu para reforçar

o posicionamento do Porto como cidade de referência em políticas de longevidade, criando condições favoráveis para o desenvolvimento de novas iniciativas, parcerias e oportunidades de financiamento.

Para além destes fatores, destaca-se o elevado nível de confiança das entidades parceiras relativamente à continuidade do movimento. Cerca de 97,56% dos projetos consideram que estão reunidas as condições necessárias para assegurar a consolidação e expansão do PAPCAPI no futuro, evidenciando a maturidade e robustez do ecossistema colaborativo criado. Paralelamente, 97,53% das entidades manifestam disponibilidade para continuar envolvidas na construção de uma cidade cada vez mais amiga de todas as idades, demonstrando um forte compromisso institucional com a continuidade das dinâmicas de cooperação e inovação geradas.

Importa ainda sublinhar que a sustentabilidade financeira do movimento não depende exclusivamente de financiamento estrutural ou de investimento municipal direto. O PAPCAPI demonstrou a capacidade de gerar valor público através da mobilização de redes comunitárias, da articulação intersetorial e da criação de consórcios entre organizações, potenciando recursos já existentes no território e ampliando o impacto do investimento inicial.

O PAPCAPI apresenta condições sólidas para perdurar após 2025, sustentado por um movimento comunitário consolidado, pela apropriação do Plano pelas entidades parceiras, pela existência de metodologias e instrumentos replicáveis, por uma articulação multisetorial robusta e por um elevado nível de compromisso institucional. Estes fatores indicam que o impacto do Plano tende a prolongar-se para além do seu ciclo formal de implementação, contribuindo para a continuidade das dinâmicas de inovação, cooperação e valorização da população mais velha na cidade do Porto.

O impacto do PAPCAPI manifesta-se na emergência de um movimento sustentável, reconhecido pela maioria dos parceiros. O aumento do número de projetos, a consolidação de consórcios, a mobilização crescente de entidades e a continuidade de iniciativas para além do financiamento inicial demonstram que o Plano gerou dinâmicas que perduram no tempo. Este movimento não depende exclusivamente da estrutura municipal, mas assenta numa rede de atores autónomos, comprometidos e capazes de continuar a desenvolver respostas inovadoras para a população idosa.

Principais conclusões

1. Relevância – Alinhamento com as necessidades do Município do Porto

A intervenção demonstra elevada relevância ao assentar num processo de construção participado, informado por diagnósticos sólidos e pela auscultação contínua das pessoas mais velhas e dos atores locais. O plano responde de forma direta às necessidades identificadas, reconhece a diversidade das experiências de envelhecimento e ajusta-se às especificidades do território. A natureza evolutiva e colaborativa do processo reforça a pertinência da intervenção enquanto instrumento orientado para melhorar as condições de vida e promover ambientes urbanos mais adequados à longevidade.

2. Coerência – Alinhamento com orientações nacionais e internacionais

A intervenção apresenta forte coerência ao alinhar-se com orientações estratégicas amplamente reconhecidas no domínio do envelhecimento, garantindo consistência conceptual e metodológica. Este enquadramento assegura que o plano se insere numa visão integrada e atualizada das políticas de longevidade. A articulação com dinâmicas nacionais e internacionais reforça a solidez do modelo adotado, enquanto o envolvimento estruturado de diferentes setores assegura que a intervenção se mantém alinhada com prioridades públicas e com a evolução das políticas no campo do envelhecimento.

3. Eficácia - Resposta ao rápido envelhecimento e melhoria da qualidade de vida

A intervenção revela eficácia ao transformar orientações estratégicas em ações que ampliaram oportunidades de participação, aproximaram serviços e criaram respostas ajustadas às necessidades identificadas. A dinamização de iniciativas diversificadas e a criação de novas formas de envolvimento contribuíram para melhorias na vida das pessoas mais velhas. A existência de espaços colaborativos reforçou a capacidade de atuação coordenada e permitiu alcançar resultados que demonstram progressos reais no domínio do envelhecimento ativo e saudável.

4. Eficiência – Otimização e alavancagem de recursos

A intervenção evidencia elevada eficiência ao transformar um investimento limitado numa capacidade ampliada de mobilização e coordenação. A ativação

de recursos humanos, técnicos e infraestruturais já existentes permitiu executar ações de forma consistente e alcançar níveis de realização superiores ao previsto. A criação de parcerias e consórcios, a integração de projetos externos e a apropriação dos materiais produzidos reforçaram a otimização coletiva dos recursos. No seu conjunto, o plano funcionou como plataforma de alavancagem, multiplicando o impacto do investimento inicial através de uma gestão criteriosa e colaborativa.

5. Impacto – Mudanças sistémicas positivas

A intervenção produziu impactos significativos ao ampliar oportunidades de participação, fortalecer redes de apoio e promover soluções inovadoras ajustadas ao território. A articulação entre iniciativas permitiu gerar efeitos que ultrapassam os resultados individuais de cada projeto. Um contributo particularmente relevante foi a afirmação da longevidade como tema estruturante da vida coletiva da cidade, passando a integrar prioridades, discursos e práticas locais. No conjunto, a intervenção gerou mudanças visíveis tanto na experiência quotidiana das pessoas mais velhas como na forma como a cidade pensa e organiza a resposta ao envelhecimento.

6. Sustentabilidade - Consolidação do movimento e a continuidade futura do plano

A intervenção demonstra sustentabilidade ao consolidar uma dinâmica colaborativa que se mantém ativa para além do ciclo de implementação. A continuidade do trabalho conjunto, a incorporação das práticas nas rotinas da cidade e a existência de redes estáveis criam condições para que os benefícios se prolonguem no tempo. A integração da longevidade como prioridade estratégica reforça esta base, assegurando que o movimento iniciado tem capacidade para evoluir, adaptar-se e gerar valor futuro. No seu conjunto, a intervenção deixou um legado institucional e comunitário que sustenta a continuidade das ações e a maturação do ecossistema de longevidade.

Principais aprendizagens

1. A resposta aos desafios da longevidade requer intervenções de longo prazo e mobilização comunitária

As políticas de longevidade operam num domínio estrutural, onde os resultados dependem de mudanças culturais, comportamentais e institucionais que se consolidam apenas ao longo de ciclos prolongados. A avaliação do PAPCAPI demonstra que fenómenos como o isolamento social, a baixa participação cívica das pessoas mais velhas, o idadismo e outras formas de exclusão associadas à idade não se alteram de forma imediata, mesmo perante intervenções consistentes e bem estruturadas. Estes desafios persistem porque resultam de dinâmicas sociais complexas, multifatoriais e profundamente enraizadas no tecido comunitário e cultural.

Assim, as intervenções no campo da longevidade devem ser concebidas como políticas de transformação social a longo prazo. O PAPCAPI conseguiu mobilizar atores, criar dinâmicas e gerar mudanças relevantes, mas também demonstrou que a superação dos desafios estruturais associados ao envelhecimento exige continuidade para além do ciclo 2023-2025, estabilidade institucional e compromisso comunitário sustentado.

2. A participação e auscultação das pessoas mais velhas são vetores estruturantes do exercício da cidadania

A avaliação demonstra que a participação direta das pessoas mais velhas nos processos de decisão que lhes dizem respeito constitui um elemento estruturante da qualidade democrática e da legitimidade das políticas públicas. No âmbito do PAPCAPI, os mecanismos de auscultação, formais e informais, revelaram-se essenciais para captar necessidades, expectativas e perceções que não emergem através de instrumentos tradicionais de diagnóstico, permitindo alinhar as intervenções com a realidade vivida pelas próprias pessoas destinatárias.

A participação ativa das pessoas mais velhas não se limita a um princípio normativo, representa um direito de cidadania e um requisito técnico para a construção de políticas mais pragmáticas, equitativas e eficazes.

A experiência do Plano demonstra que envolver as pessoas mais velhas aumenta a pertinência e a adequação das respostas, reforça a legitimidade social das decisões e consolida o sentimento de pertença e de reconhecimento do seu papel enquanto agentes ativos. Ao mesmo tempo, reduz o risco de intervenções desajustadas ou pouco valorizadas e fortalece a sua participação e confiança nas políticas públicas.

Do ponto de vista da gestão pública, a auscultação sistemática permitiu orientar recursos para prioridades identificadas pelos próprios cidadãos, contribuindo para maior eficiência e para a construção de políticas ancoradas em evidência socialmente validada.

Assim, a participação das pessoas mais velhas deve ser entendida como um pilar da cidadania ativa e um instrumento indispensável de governação democrática, devendo ser ampliada e institucionalizada como prática contínua no ciclo de políticas de longevidade.

3. A inovação social é essencial para respostas personalizadas num contexto de envelhecimento cada vez mais complexo

A avaliação demonstra que as necessidades das pessoas mais velhas são hoje marcadas por elevada diversidade e rápida evolução, o que torna insuficientes os modelos tradicionais, homogêneos e padronizados de intervenção. Esta complexidade exige abordagens flexíveis, adaptativas e centradas na individualidade, capazes de responder a perfis, ritmos e contextos muito distintos.

Neste enquadramento, a inovação social, apoiada em iniciativas piloto, metodologias participativas e processos de experimentação, revelou-se fundamental para identificar necessidades emergentes, testar soluções em pequena escala e ajustar intervenções de forma contínua. A possibilidade de experimentar, avaliar e reformular permitiu desenvolver respostas mais adequadas às dinâmicas do território e às especificidades dos grupos envolvidos.

A experiência do PAPCAPI mostra que a inovação social funciona como mecanismo de transição entre respostas generalistas e modelos personalizados, aumentando a eficácia e a eficiência das políticas de longevidade. Assim, a criação de condições institucionais para testar e adaptar soluções deve ser entendida como requisito estrutural para políticas públicas capazes de acompanhar a complexidade crescente do envelhecimento urbano.

4. O modelo de avaliação pode ser aperfeiçoado para maior consistência e profundidade analítica

A experiência do PAPCAPI evidenciou que o modelo de avaliação utilizado, embora funcional e coerente com a lógica colaborativa do Plano, apresenta margens claras de evolução. O facto de a avaliação ser realizada sobretudo pelos próprios promotores garante proximidade ao terreno, mas limita a independência analítica e reduz a comparabilidade entre iniciativas. A inexistência de um quadro comum de indicadores e metodologias resulta numa avaliação heterogénea, centrada na lógica de cada projeto e não na experiência individual das pessoas mais velhas. Assim, uma das principais lições aprendidas é a necessidade de evoluir para modelos de avaliação mais consistentes, comparáveis e centrados na pessoa, capazes de gerar conhecimento sólido para orientar decisões futuras e reforçar a qualidade das políticas de longevidade.

5. A consolidação do movimento requer continuidade e ação estruturada ao longo do tempo

A avaliação demonstra que o PAPCAPI conseguiu gerar um movimento coletivo de grande relevância, mobilizando entidades, profissionais e cidadãos em torno de uma visão comum para a longevidade. Este avanço representa um salto qualitativo na forma como a cidade aborda o envelhecimento, criando dinâmicas de colaboração e uma cultura emergente de responsabilidade partilhada.

Contudo, a experiência evidencia que movimentos desta natureza não se consolidam através de ações pontuais ou iniciativas isoladas. A transformação efetiva das condições de envelhecimento exige continuidade, estabilidade institucional e práticas regulares que reforcem, ao longo do tempo, os vínculos criados e os compromissos assumidos. Sem esta persistência, o risco é que o movimento perca intensidade e que os progressos alcançados não se traduzam em mudanças estruturais.

Assim, uma das principais lições aprendidas é que o movimento iniciado pelo PAPCAPI constitui um passo decisivo, mas depende de ação contínua, coerente e articulada para se afirmar como política pública duradoura e capaz de produzir impacto sistémico na cidade.

6. As políticas de longevidade devem articular intervenção no presente e investimento nas gerações futuras

A avaliação evidencia que políticas de longevidade eficazes exigem uma abordagem integrada, capaz de responder simultaneamente às necessidades imediatas da população idosa atual e de preparar as gerações mais jovens para um envelhecimento mais saudável. No curto prazo, é essencial garantir condições que promovam qualidade de vida, autonomia, dignidade e apoio social às pessoas mais velhas. Em paralelo, torna-se necessário investir preventivamente nas gerações mais jovens, promovendo estilos de vida saudáveis, reduzindo fatores de risco e prevenindo o declínio funcional que, no futuro, condicionará a carga de doença e a procura de cuidados.

7. A Necessidade de ampliar o alcance e a visibilidade das respostas existentes

Apesar da existência de múltiplas iniciativas e recursos na cidade, verificou-se que uma parte significativa das pessoas mais velhas, bem como outros públicos que poderiam beneficiar destas respostas, continua sem acesso claro ou regular à informação disponível. Esta situação demonstra que a oferta existente não chega de forma equitativa a todos, sobretudo àqueles que se encontram mais afastados das redes formais ou com menor capacidade de acompanhar a dinâmica de iniciativas em curso. A aprendizagem central reside na importância de reforçar estratégias de comunicação, proximidade e mediação que permitam chegar a grupos menos alcançados, garantindo que o movimento se afirma como um recurso efetivamente acessível, reconhecido e mobilizador em toda a cidade.

Recomendações

1. Promover a evolução contínua do movimento

Recomenda-se que o movimento Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas continue a desenvolver-se como um processo em expansão progressiva, capaz de se ajustar de forma permanente às mudanças sociais e às diferentes formas de envelhecer na cidade. A experiência do PAPCAPI demonstra que a criação de impacto duradouro depende de uma dinâmica que se renova, amplia parcerias e incorpora novas áreas de atuação, garantindo que as respostas acompanham, de forma cada vez mais próxima, as expectativas, motivações e necessidades das pessoas mais velhas. Esta evolução contínua reforça a capacidade do movimento para gerar mudança sistémica e consolidar uma cultura urbana que valoriza a longevidade como dimensão central da vida coletiva.

2. Integrar a academia como parceiro estrutural na avaliação e produção de evidência

Recomenda-se o reforço da componente científica do PAPCAPI através da integração formal de instituições académicas e centros de investigação na avaliação da política de longevidade enquanto política pública integrada. Esta colaboração deverá permitir aprofundar a compreensão dos efeitos e transformações gerados pelo movimento, produzindo conhecimento científico sólido, comparável e transferível para outras geografias. O desenvolvimento de evidência científica é essencial para apoiar decisões estratégicas, orientar a evolução futura do plano e posicionar o Porto como referência nacional e internacional na construção de cidades comprometidas com a longevidade.

3. Reforçar a governança colaborativa e o protagonismo dos atores locais

Recomenda-se o aprofundamento de um modelo de governança mais participado, promovendo maior protagonismo e corresponsabilização das pessoas mais velhas e das entidades envolvidas no movimento Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas. A consolidação de mecanismos permanentes de participação, concebidos de forma flexível e adaptável, permitirá integrar de modo mais consistente o conhecimento e a experiência dos diferentes atores, reforçando a apropriação coletiva das decisões e o compromisso com a sua implementação. Um modelo de governança mais distribuído e partilhado contribuirá para elevar

o nível de envolvimento, fortalecer a legitimidade das opções tomadas e assegurar que as respostas evoluem em consonância com as necessidades e expectativas da comunidade.

4. Desenvolver um sistema integrado de monitorização e avaliação

Recomenda-se o desenvolvimento de um sistema integrado de monitorização e avaliação que permita acompanhar de forma contínua a evolução do movimento Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas e o progresso das iniciativas associadas. Este sistema deverá organizar de forma coerente os processos de recolha e interpretação de informação, assegurando uma leitura regular das dinâmicas do território e das mudanças geradas ao longo do tempo. A existência de um mecanismo estruturado de acompanhamento reforçará a capacidade de aprendizagem institucional, apoiará a tomada de decisão e permitirá ajustar as intervenções de acordo com necessidades e tendências emergentes, contribuindo para uma abordagem mais adaptativa e orientada para resultados.

5. Reforçar a comunicação pública e a integração em agendas internacionais

Recomenda-se o reforço da comunicação pública do movimento Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas, assegurando que a informação sobre iniciativas e oportunidades chega de forma mais ampla e equitativa às pessoas mais velhas e aos diversos públicos que podem beneficiar destas respostas. Uma comunicação mais acessível, contínua e próxima contribuirá para aumentar o envolvimento, reduzir assimetrias de informação e ampliar o impacto das ações desenvolvidas. Paralelamente, importa aprofundar a integração do movimento nas agendas e orientações internacionais promovidas por entidades como a Organização Mundial da Saúde e a União Europeia, potenciando a participação em redes, plataformas e iniciativas de cooperação. Esta aproximação permitirá ampliar a visibilidade externa do trabalho realizado, captar recursos técnicos e financeiros e consolidar o posicionamento do Porto como cidade comprometida com políticas urbanas de longevidade alinhadas com padrões internacionais.

6. Institucionalizar um mecanismo representativo de participação das pessoas mais velhas

Recomenda-se a criação de um mecanismo institucional de participação composto por pessoas mais velhas, com representação alargada no território e capacidade para expressar de forma livre e estruturada as suas ideias, expectativas e preocupações. Este órgão deverá funcionar como espaço permanente de diálogo e reflexão, assegurando que o conhecimento vivido e as prioridades deste grupo populacional são integrados nos processos de decisão pública e privada. A institucionalização deste modelo participativo permitirá reforçar a legitimidade das políticas desenvolvidas, ampliar a apropriação comunitária do movimento e consolidar uma cultura de participação ativa e contínua em toda a cidade.

7. Promover políticas de longevidade ao longo da vida e envolver as gerações mais jovens

Recomenda-se o reforço de políticas orientadas para a longevidade ao longo de todo o ciclo de vida, promovendo uma abordagem preventiva que contribua para melhorar a qualidade do envelhecimento futuro. Esta estratégia deverá incentivar a participação das gerações mais jovens, valorizando o seu papel na construção de modelos positivos de envelhecimento e fomentando uma compreensão intergeracional das dinâmicas associadas à longevidade. Ao integrar diferentes idades num processo contínuo de reflexão e ação, o movimento Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas poderá fortalecer a sua capacidade transformadora, antecipar desafios emergentes e promover uma cultura urbana que reconhece o envelhecimento como responsabilidade coletiva e partilhada.

Anexos

Anexo 1: Infografia | Avaliação Global do Plano de Ação “Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas” 2023-2025



Figura 2. Infografia com os principais resultados e impactos do Plano de Ação “Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas” no período de execução de 2023-2025.